



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO 119
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL 0160297-3- Recife (4ª Vara do Júri)

APELANTE: Francisco Antônio de Andrade Filho

APELADO: O Ministério Público Estadual

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROCURADOR de JUSTIÇA: Dr. Fernando Barros de Lima

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: Penal. Processual Penal. Apelação Criminal. Homicídio duplamente qualificado. Crime hediondo. Julgamento pelo Júri. Condenação. Alegação de decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Não ocorrência. Acolhimento de uma das versões constante dos autos. Confirmação do veredicto do Conselho de Sentença. Recurso desprovido. Decisão unânime.

1. Havendo elementos suficientes para demonstrar que o Conselho de Sentença adotou uma das versões apresentadas, que encontra respaldo nos depoimentos carreados aos autos, afasta-se, por conseguinte, a tese defensiva de decisão contrária ao conjunto probatório. A decisão que opta por uma das versões apresentadas, não configura contrariedade ao acervo probante.

2. Apelo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação crime nº 0160297-3, em que figura, como apelante Francisco Antônio de Andrade Filho, e como apelado, o Ministério Público Estadual, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão de ____ de ____ de 20 ____, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 22 de de Janeiro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

120

APELAÇÃO CRIMINAL 0160297-3- Recife (4ª Vara do Júri)

APELANTE: Francisco Antônio de Andrade Filho

APELADO: O Ministério Público Estadual

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROCURADOR de JUSTIÇA: Dr. Fernando Barros de Lima

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Pela r. sentença de fls. 544/545, proferida em conformidade com a decisão do Conselho de Sentença da 4ª Vara do Júri da Comarca de Recife/PE, **FRANCISCO ANTÔNIO DE ANDRADE FILHO** foi condenado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, II e IV, todos do CPB, à pena de 15 (quinze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, crime ocorrido na madrugada do dia 08 de maio de 2001, na cidade de Amaraji/PE.

O réu, insatisfeito com a decisão condenatória interpôs recurso de Apelação.

O Ilmo. advogado constituído sustenta que a decisão dissociou-se das provas carreadas, ao argumento de que inexistem testemunhas presenciais do crime e os depoimentos coligidos são oriundos de pessoas de vida pregressa comprometida e, por tal razão, não merecem credibilidade. Sustenta que o ora Recorrente agiu mediante legítima defesa própria, pugnando pela anulação do julgamento(fl. 550/554).

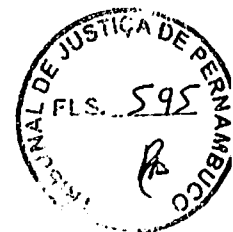
Contra-razões às fls. 556/557, pela manutenção do veredicto.

Parecer da d. Procuradoria de Justiça, da lavra do Exmo. Procurador de Justiça, Dr. Fernando Barros de Lima, às fls. 573/576, pelo improvimento do recurso.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 20 de outubro de 2009.

Des. Antonio de Melo de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

121

APELAÇÃO CRIMINAL 0160297-3- Recife (4ª Vara do Júri)

APELANTE: Francisco Antônio de Andrade Filho

APELADO: O Ministério Público Estadual

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROCURADOR de JUSTIÇA: Dr. Fernando Barros de Lima

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores,

A peça acusatória descreve que na madrugada do dia 08 de maio de 2005, no local próximo à "Praça é Nossa", no centro da cidade de Amaraji/PE, o ora Apelante FRANCISCO ANTÔNIO DE ANDRADE FILHO, Soldado da Polícia Militar de Pernambuco, ao passar pelo local onde se encontravam as vítimas *José Roberto Bezerra dos Santos*, *Wanderley Batista Avelino* e *Edvaldo Alves*, sem qualquer explicação ou motivo aparente, desferiu vários disparos de arma de fogo contra as mesmas.

Os disparos atingiram mortalmente a pessoa de *José Roberto Bezerra dos Santos*, bem como o rosto de *Wanderley Batista Avelino*, que ficou com o projétil alojado na face, porém, não alcançaram *Edvaldo Alves*, que também escapou com vida.

Conforme visto, o crime ocorreu no município de Amaraji/PE, muito embora, o julgamento fora realizado aqui na capital em razão de deferimento, por este Tribunal de Justiça, de pedido de desaforamento.

Pois bem.

O acervo probatório nos dá conta de que as vítimas, que se tratavam de adolescentes, foram ao clube municipal de Amaraji com o intuito de se divertirem em um concurso de dança que estava ocorrendo, sagrando-se vencedores, tendo como prêmio uma caixa de bebidas alcoólicas, rumando todos para a praça conhecida por "A Praça é nossa".

Assinatura 2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

122

Ao chegarem na citada Praça, a vítima fatal *José Roberto Bezerra dos Santos* foi deixar a sua namorada em casa e, quando retornou, percebeu que o ora Apelante se encontrava reunido ao grupo. Em face da presença o acusado, a vítima resolveu deixar o local, tendo se despedido dos amigos, ocasião na qual o crime ocorreu.

Em sede policial, a vítima sobrevivente *Wanderley Batista Avelino* declarou(fl. 14):

"...que Betinho insistiu em ir embora, foi quando o Soldado "Quinho" puxou a sua pistola e disse: "Tu vai pra onde neguinho?", respondeu que ia para casa e, sem demora, o soldado "Quinho" atirou em Betinho, em seu peito, que foi ao chão e, em seguida, se dirigiu ao depoente, dando-lhe um tiro também que pegou em seu rosto e ficou atordoado; em seguida, "Quinho" se virou para "Serrote", que correu, atirou nele e não o atingiu..."

A também vítima *Edvaldo Alves*, perante a autoridade policial, declarou(fl. 16):

"...que o Soldado "Quinho" estava com sintomas de embriaguez; que depois que tomou um gole de vodka ficou tombando, foi quando o depoente viu a arma dele...; que não houve briga e nem discussão..."

O acusado, ora Apelante, quando ouvido em Juízo, apresentou versão bem diferente da narrada pelas vítimas sobreviventes, assegurando que agira em legítima defesa própria por ter visto um dos adolescentes portando arma branca e um outro com arma de fogo, e que estes proferiam palavrões contra a sua pessoa. Que diante de tal situação, alega que tentou correr, muito embora, foi perseguido pelos rapazes, que dispararam contra si(fl. 47/48).

Como se vê, há claramente a existência de duas versões nestes autos: a do réu e a prestada pelas vítimas que sobreviveram ao evento delituoso. O Júri apenas escolheu a versão que lhe pareceu mais verossímil, situação que não autoriza a anulação do julgamento.

No caso, o Corpo de Jurados optou por uma das versões existentes, com respaldo probatório, não podendo o Tribunal cassar tal decisão,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

123

sob pena de infringir o princípio constitucional da soberania dos veredictos populares.

A Procuradoria de Justiça comungou desse mesmo entendimento e o Exmo. Procurador de Justiça, ainda, destacou(fl.s. 573/576):

"...Exala dos autos que, embora tecnicamente primário, trata-se de elemento perigoso; o apelante, na condição de policial militar, em liberdade, em 16 de agosto de 1997, nas dependências do "BAR 24 HORAS", no centro de Primavera, armado de revólver, efetuou disparo, à queima-roupa, na pessoa de Marcos Alves da Silva, levando-o a óbito. Com a extinção da Comarca foi submetido a julgamento popular na Comarca de Amaraji, sendo absolvido pela tese de negativa de autoria, o que bem demonstra o temor da sociedade, o fundado receio à sua pessoa, a sua aciñtosa ingerência na instrução criminal especialmente no caso vertente, motivando o requerimento e decretação da custódia cautelar, mantida por esta Colenda Corte...

(...)Agiu com acerto o corpo de jurados, quando o conjunto probatório aponta para uma verdadeira execução, tendo como única conduta, possivelmente exagerada, o fato de os jovens extravasarem a sua alegria com a vitória no concurso de dança, brincavam em praça pública, não havendo notícia da apreensão de supostas armas que portavam, como afirma isoladamente o apelante, como débil argumento de defesa..."

Por fim, é de se registrar que a conduta triplamente ilícita foi objeto de aditamento pelo Ministério Público Estadual, por ocasião das alegações finais, tratando-se de um homicídio consumado e dois homicídios tentados também duplamente qualificados, entretanto, o Exmo. Magistrado *a quo*, quando da sentença de pronúncia, esqueceu-se de mencionar na parte dispositiva da decisão os dispositivos legais nos quais também incorreu o réu quanto aos delitos tentados.

Na decisão de pronúncia, sua Excelência reconhece a existência de três crimes -- um na modalidade consumada e outros dois na tentada -, muito embora, na parte dispositiva do *decisum*, faz menção única e exclusivamente ao delito consumado perpetrado contra vítima *José Roberto Bezerra dos Santos*, esquecendo os demais.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

124

O órgão ministerial de 1º grau silenciou quanto à omissão, quando deveria ter ingressado com embargos declaratórios ou o recurso próprio que viabilizasse o juízo de retratação.

Lamentavelmente, tenho que concordar com o posicionamento da Procuradoria de Justiça no que tange à impossibilidade de julgamento do réu pelos outros 02(dois) crimes tentados, pelos quais o réu foi denunciado e pronunciado, tendo em vista que não houve insurgência do órgão acusador quanto à omissão verificada.

Senhores, há duas vítimas que sobreviveram, uma das quais vive com uma bala alojada na cabeça, projétil o qual não pôde ser retirado do corpo do ofendido em razão do risco da cirurgia. Tais crimes são objeto da presente ação penal, tiveram regular apuração no curso da instrução. Muito embora, encerrada a 1ª(primeira) fase do procedimento - *não constatado o vício* -, sendo iniciada a 2ª(segunda) e submetido o réu a julgamento, decisão esta que transitou em julgado para o *Parquet*, não há como se proceder à correção do equívoco apontado porquanto acarretaria a indesejável *reformatio in pejus*.

Constata-se, dessa forma, que o réu Apelante já foi por demais beneficiado, como bem disse o douto Procurador de Justiça.

Por todo o exposto, em conformidade com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, tenho que os jurados decidiram com base em provas que, de fato, incriminam o apelante, razão por que meu voto é no sentido de que o veredicto deve manter-se inalterado, em razão do que **nego provimento ao recurso.**

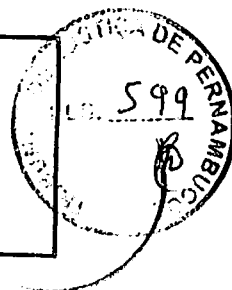
É como voto.

Recife, 22 de de Junho de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



APELAÇÃO CRIME: Nº 160.297-3 -- Recife (4ª Vara do Tribunal do Júri)
APELANTE: **Francisco Antônio de Andrade Filho**
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Fernando Barros de Lima
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

125

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

Trata-se de recursos de apelação interposto por **Francisco Antônio de Andrade Filho** em face da decisão prolatada pela 4ª Vara do Tribunal de Júri da Comarca de Recife, conforme sentença de fls. 544/545, que o condenou à pena de 15 (quinze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, incisos II e IV do CP.

Em suas razões recursais (fls. 551/554), a Defesa alega que a decisão do Conselho de Sentença foi manifestamente contrária à prova dos autos. Sustenta que não há testemunhas presenciais, sendo o ocorrido relatado apenas pelas vítimas, as quais possuem vida social duvidosa. Requer a anulação do julgamento sob a alegação que o acusado praticou o crime em legítima defesa de sua própria vida.

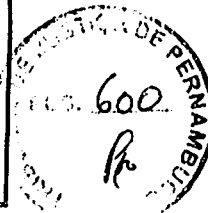
Em suas contra-razões recursais (fls. 556/557), pugnou o Ministério Público pelo improvimento da apelação.

O ilustre Procurador de Justiça ofereceu parecer (fls. 573/576) opinando também pelo improvimento do recurso.

Da análise dos autos, verifica-se que há elementos suficientes para comprovação da autoria e materialidade do delito imputado ao apelante, não podendo prosperar os argumentos da defesa.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



A decisão condenatória do Conselho de Sentença restou amparada pelo conjunto probatório acostado aos autos, visto que o julgamento está em conformidade com às provas dos autos.

126

A vítima sobrevivente Wanderley Batista Avelino, disse perante a autoridade policial:

"(...) QUE Betinho insistiu em ir embora, foi quando o soldado "Quinho" puxou a sua pistola e disse: "Tu vai pra onde nequinho", respondeu que ia para casa, e sem demora o soldado "Quinho" atirou em Betinho, em seu peito, que foi ao chão e em seguida se dirigiu ao depoente, dando-lhe um tiro também que pegou em seu rosto e ficou atordoado, em seguida "Quinho" se virou para "Serrote" que correu, atirou nele e não atingiu (...)" Fls. 14

Por sua vez, a também vítima Edvaldo Alves declarou que o apelante estava com sintomas de embriaguez e que viu a arma dele, afirmando ainda que não houve briga nem discussão (fls. 16).

Em juízo, o apelante apresentou outra versão dos fatos distinta da apresentada pelas vítimas sobreviventes, alegando que agiu em legítima defesa própria. Relatou que encontrou um grupo de rapazes e que estes se dirigiram em sua direção, sendo que viu um deles portando uma faca branca e outro uma arma. Alegou que tentou correr, mas foi perseguido e eles dispararam contra si, tendo ele (apelante) efetuando dois disparos contra os rapazes (fls. 47/48).

Como se vê, existem duas versões sobre o fato delituoso, cabendo ao Conselho de Sentença, com respaldo nas provas acostadas aos autos, acolher uma das versões apresentadas.

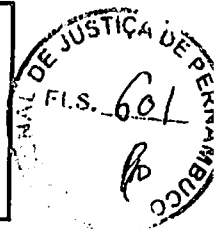
Analisando o acervo probatório verifica-se que, diante dos depoimentos prestados pelas testemunhas e vítimas, assim como pelas declarações do próprio acusado, não resta dúvidas quanto a autoria do fato criminoso.

Sendo assim, a decisão condenatória do Conselho de Sentença restou amparada pelo conjunto probatório acostado aos autos, visto que o julgamento está em conformidade com às provas dos autos.

mg



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



É cediço que a decisão do Tribunal do Júri é soberana, somente podendo ser reformada em situações excepcionais, previstas no art. 593 do Código de Processo Penal.

127

In casu, o Conselho de Sentença, através das provas dos autos, acolheu a tese da acusação e concluiu que o apelante participou da prática do homicídio duplamente qualificado, não subsistindo fundamento legal para anulação do julgamento.

Ademais, tendo em vista o princípio constitucional da soberania dos veredictos, a orientação jurisprudencial de nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de que só há decisão manifestamente contrária à prova dos autos quando se evidencia absolutamente alheia aos elementos de convicção constantes do processo. Senão vejamos o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL E PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO E EMBARGOS INFRINGENTES. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO FORA CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS NÃO RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA A QUO. EXISTÊNCIA DE DOIS LAUDOS COM DIVERGÊNCIAS ACERCA DA MORTE DA VÍTIMA. EXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA QUE SUBSIDIARAM A OPÇÃO DO JÚRI POPULAR POR UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

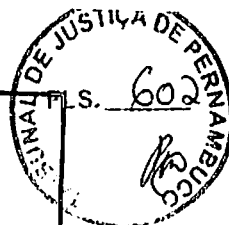
1. O órgão judicial, para expressar sua convicção, não está compelido a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Omissão inexistente.
2. Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos, o que não ocorre quando os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, optam por uma das versões apresentadas. Precedentes.
3. O acórdão recorrido, embora tenha consignado que se tratava de questão insuscetível de ser apreciada porque não argüida anteriormente, e por isso não haveria omissão a ser sanada, na realidade, efetivamente examinou toda a matéria acerca da prestabilidade de um laudo em face do outro, não deixando qualquer dúvida quanto à possibilidade de o Júri Popular, acolhendo uma das versões expostas, valer-se de um deles.

Desse modo, a decisão dos jurados que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes não pode ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos.

MF



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Vale ressaltar que a conduta triplamente ilícita praticada pelo apelante, sendo um homicídio consumado e dois homicídios tentados, foi objeto de aditamento pelo Ministério Público no momento de suas alegações finais (fls. 222/230). 128

Ocorre que, o Magistrado *a quo*, ao pronunciar o acusado, cometeu um equívoco, visto que reconheceu os três delitos praticados, porém esqueceu de mencionar na parte dispositiva da sentença os dispositivos legais referentes aos homicídios tentados, pronunciando o apelante apenas pelo homicídio consumado contra a vítima José Roberto Bezerra dos Santos (fls. 256/261).

Constata-se que o *Parquet* silenciou quanto à omissão verificada na sentença de pronúncia, tendo esta transitada em julgado, não podendo mais o acusado ser julgado pelos dois crimes de homicídio tentado.

Ante o exposto e em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto no sentido de **negar provimento à apelação**, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

Recife, 22 de 12 de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Revisor